

IMPRENSA E REGIME MILITAR: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Cláudia dos Santos Lagame Lobo

claudialagamelobo@ig.com.br

Resumo: *A imprensa tem se firmado como objeto de análise na historiografia contemporânea. Nos últimos anos tem aumentado o número de estudos sobre imprensa. Contudo, pretendo demonstrar neste artigo que embora a imprensa tenha sido amplamente estudada em vários períodos da história brasileira ainda faz-se necessário um estudo mais sistemático por parte dos historiadores da participação da imprensa durante o regime militar, e em especial no processo de redemocratização. Na primeira parte mostrarei como tem sido abordada a ditadura militar pela historiografia. E na segunda parte tratarei dos estudos que tem a imprensa como objeto.*

Trabalho com a hipótese de que a imprensa escrita desempenhou um papel estratégico tanto na implantação do regime militar quanto em seu desfecho. Os autores que estudam esse período priorizam os fatores econômicos, dão ênfase a questão do Estado e o papel das elites civis, analisam no ângulo de classes, ou destacam o comportamento dos militares, utilizando muitas vezes a imprensa como fonte, mas não como objeto de análise.

Abstract: *The press has turned in a strong object of analysis in the modern historiography. In the last years, there has been a lot more studies about the press. However, I intend to demonstrate, in this article, that, although the press has been widely studied in some periods of Brazilian history, still there is a need for a more systematic study, by the historians, about the participation of the press during the military age, and, specially, during the process of recovering the democracy. In the first part of this article, will be shown how the military age has been retracted by the historiography. And, in the second part, will be shown the studies about the press as the main object.*

In this article, is also mentioned the hypothesis about the written press as a strategic character, such in the implantation of the military age, as in its end. The authors that study this period give priority to economic reasons, emphasize the topic about the Government and the role of the civil elite, analyze the angle of the social classes, or accentuate the military behavior, using, many times, the press as a font, but not as an object of analysis.

A imprensa tem se firmado como objeto de análise na historiografia contemporânea. Nos últimos anos, tem aumentado o número de estudos sobre imprensa. Contudo, pretendo demonstrar neste artigo que embora a imprensa tenha sido amplamente estudada em vários períodos da história brasileira ainda faz-se necessário um estudo mais sistemático por parte dos historiadores da participação da imprensa tanto na implantação do regime militar quanto no processo de redemocratização. Os autores que estudam esse período priorizam os fatores econômicos, como Guilherme O'Donnel¹, dão ênfase à questão do Estado e o papel das elites civis, como René Armand Dreifuss², analisam no ângulo de classes, como Florestan Fernandes³, ou destacam o comportamento dos militares, como Alfred Stepan⁴ e Georges-André Fiechter⁵, utilizando muitas vezes a imprensa como fonte, mas não como objeto de análise.

1. Interpretações sobre o regime militar

Ao longo de quatro décadas, desde o golpe militar de 1964, uma extensa bibliografia tem sido produzida sobre o assunto. Verdadeiros clássicos foram publicados ainda sob a vigência da ditadura militar. Essas obras produzidas por cientistas sociais permanecem como referência nos estudos sobre o período. Vejamos então, alguns pontos defendidos por esses autores.

Autores como René Dreifuss, Guilherme O'Donnell e Fernando Henrique Cardoso vêem uma relação entre os interesses do capital estrangeiro e os tecno-empresários no golpe de 64. Para Dreifuss uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial, isto é, os intelectuais orgânicos

dos interesses multinacionais e associados e do capitalismo brasileiro pretendiam assumir o Estado para modernizá-lo e integrá-lo à ordem capitalista internacional. Para Fernando Henrique Cardoso o sistema tecnocrático de governo, ou o "regime burocrático-autoritário" seduz mais os investimentos das empresas dos países hegemônicos. O'Donnell, por sua vez, vê a emergência do Estado burocrático-autoritário relacionado aos interesses do capitalismo internacional.

O texto de O'Donnell *Desenvolvimento político ou mudança política?* tem sido criticado por ser economicista. No entanto, o autor inova ao buscar uma alternativa explicativa fugindo da *teoria da modernização* e do *marxismo vulgar*. Analisa o autoritarismo na América Latina como algo diferente do fascismo.⁶ Sua hipótese central é que a emergência de Estados burocrático-autoritários estaria ligada às transformações capitalistas. Assim, tenta provar que os atos institucionais tiveram uma importância econômica, uma vez que permitiam a ação do Estado na economia.

Utilizando o referencial teórico de Gramsci, Dreifuss sustenta que 1964 foi resultado de uma ampla articulação dentro da própria sociedade brasileira, visando a modernização do Estado e sua integração à ordem capitalista internacional.⁷ Considerado um verdadeiro *best-seller*, seu livro *1964: a conquista do estado* contribuiu para a visão de que o golpe não fora somente resultado da atuação dos militares, mas fora construído por elites civis.

O ensaio de Fernando Henrique Cardoso *O modelo político brasileiro* contém uma hipótese explicativa para a crise dos anos 1960. Para ele, haveria uma assimetria entre as necessidades econômicas dos grupos que emergem no pós-guerra e o sistema político vigente. O setor produtivo dos países hegemônicos se instala nos países periféricos. O sistema tecnocrático de governo seduziria mais os investimentos dessas empresas dos países hegemônicos.

Podemos encontrar alguns pontos de contato entre as análises de O'Donnell, Dreifuss e Fernando Henrique Cardoso. Embora os autores estejam trabalhando com abordagens diferentes, perceberemos que ambos procuram estabelecer relações entre os interesses econômicos e a política. As relações entre o capitalismo e o regime político vigente devem ser levadas em conta.

Fazendo uma mediação entre as necessidades do capitalismo internacional e as necessidades do capitalismo nacional, Florestan Fernandes analisa a evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil, caracterizando as ditaduras militares como fascistas e totalitárias. Para ele, as forças armadas foram utilizadas para a Revolução Burguesa, assumindo os valores burgueses.⁸

Os militares também são vistos como peça-chave para Georges - André Fiechter e Alfred Stepan. O primeiro caracteriza os militares como agentes de ação modernizadora, enquanto o outro situa os militares próximos às classes médias e analisa a cultura política da instituição militar. Os dois autores trabalham a tese do poder moderador do Exército.

Trabalhos mais recentes sobre o regime militar têm procurado realizar uma revisão historiográfica e propor novos caminhos de análise. Prova disso, os inúmeros seminários, encontros e palestras organizados pelas instituições de pesquisa e ensino, além do lançamento de diversos livros, por ocasião do aniversário do golpe. Dentre as publicações mais recentes, não podemos deixar de citar *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* do historiador Carlos Fico⁹ que faz um balanço das explicações sobre o golpe e desmistifica algumas interpretações construídas sobre o regime. Para este autor, que discorda da hipótese de que o aparelho repressor do Estado fora moldado a partir de 1968, a perspectiva de uma política política já estava presente desde 1964. Em livro anterior, sob o título *Como eles agiam*, onde o autor revela o funcionamento das comunidades de informações e de segurança da ditadura, já contrariava as análises que tendem a caracterizar o golpe de 1964 como civil-militar, sustentando que "desde as primeiras horas, o movimento foi indubitavelmente militar."¹⁰

Contrariando a tese clássica de que o golpe fora uma articulação para integrar o país à ordem capitalista, Daniel Aarão Reis, por sua vez, em *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* afirma que "a ditadura reatualizou e exacerbou as tradições e a cultura nacional-estadista"¹¹, ou seja, este vê também uma continuidade e não apenas uma ruptura em relação à política dos governos trabalhistas.

Diante deste mosaico de interpretações, pensamos qual o papel desempenhado pela imprensa no contexto da ditadura militar? Que interesses conduziam sua atividade? Apropriando-nos das idéias desses autores, seja para aceitá-las ou contradizê-las, inserimos a imprensa como um ator de destaque neste contexto.

Os jornalistas também têm produzido interpretações sobre o regime militar, engrossando as prateleiras de publicações sobre o assunto. Verdadeiros documentários históricos, como o clássico *O golpe começou em Washington* de Edmar Morel, que através de seu "Diário da Revolução" relata os fatos que marcaram aquele acontecimento e denuncia as articulações do governo e das empresas norte-americanas: "... faço este retrospecto da vida política nacional... para mostrar aos meus patrícios o início da trama internacional que derrubou o Sr. João Goulart..."¹²

As crônicas políticas de Carlos Heitor Cony publicadas sob o título *O ato e o fato*¹³ também representaram uma contribuição documental para o debate deste tema. Os idos de março e a queda de abril¹⁴, organizado por Alberto Dines, que escreve um artigo narrando a deposição de João Goulart, há o depoimento de Carlos Castello Branco, que também publicou *Introdução à Revolução de 1964*, e *Os militares no poder*, seleções de suas colunas políticas.

Nesta lista, também não podem faltar os livros publicados por Carlos Chagas, com suas crônicas sobre o regime militar¹⁵, e os livros de Ello Gaspari¹⁶, que baseado nos arquivos de Golbery, revela entre outras coisas que "em 1974 chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos"¹⁷ este lança luz sobre uma faceta nebulosa do perfil de Geisel, ao provar que este seria a favor da política de extermínio.

Interessante notar que o volume de trabalhos sobre o regime militar feitos por cientistas sociais e jornalistas tem sido bem maior do que o realizado por historiadores. Todavia, as análises históricas sobre o período vêm tomando corpo.

2. Imprensa na historiografia contemporânea

Como tem sido o tratamento dado ao estudo da imprensa na historiografia contemporânea? A imprensa tem sido utilizada como fonte e objeto no estudo de vários momentos da história contemporânea.

O livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil* faz uma síntese da história da imprensa brasileira desde os tempos coloniais até 1966, ano da publicação do livro. Defendendo um ponto de vista marxista da história, prioriza uma análise econômica, relacionando a história da imprensa à história do desenvolvimento da sociedade capitalista, discutindo o conceito de liberdade de imprensa, uma vez que "só existe imprensa livre quando o povo é livre; imprensa independente, em nação independente".¹⁸ Já na introdução, Sodré afirma estar fazendo uma síntese e lista uma série de aspectos que ele não abordou ou não se aprofundou, mas que poderiam propiciar novos enfoques, como por exemplo, o estudo do desenvolvimento das técnicas de impressão; o estudo do público, na diversidade de suas camadas sociais; as relações entre governo e imprensa e a legislação sobre censura; o desenvolvimento do jornal como empresa; o estudo da imprensa clandestina; as caricaturas e charges, entre outros. Já a autora Marialva Barbosa¹⁹ queixa-se que as pesquisas históricas sobre imprensa, se preocupam muito mais com o jornal e/ou impresso como portador de uma mensagem ou de uma ideologia, sem considerar as influências culturais dessa produção junto aos seus leitores, nem as condições de produção desses impressos. Contudo, esta admite que há, ultimamente, uma tendência de mudança nas análises históricas sobre a imprensa. Em parte, concordamos com essa autora, no que diz respeito às inúmeras maneiras de se trabalhar o objeto pelos historiadores. No entanto, essa tendência atual apontada por Francisco Falcon, de uma maior especialização das disciplinas históricas²⁰, ao mesmo tempo em que pode trazer alguma segurança ao pesquisador, visto que delimita exatamente aquilo que se propõe a trabalhar, por outro lado, pode tornar-se uma prisão, uma vez que limita o foco de análise.

A produção mais atual sobre a questão da imprensa tem contado também com os trabalhos de pesquisadores do CPDOC. Entre estes, podemos destacar, Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, que em conjunto, produziram um artigo que analisa a trajetória dos meios de comunicação – jornais, rádio e televisão – e o papel por eles exercido na história política e empresarial recente da cidade e do estado do Rio de Janeiro²¹, como também um livro com depoimentos de jornalistas que, na qualidade de diretores de redação, teriam participação fundamental na reformulação e criação de órgãos da imprensa brasileira nos últimos 30 anos²². Abreu também organizou um livro com artigos de Lattman-Weltman, Marieta de Moraes Ferreira e Plínio de Abreu Ramos sobre a imprensa brasileira nos anos 50.²³ Além deste trabalho, Ferreira

coordenou um livro com depoimentos de jornalistas políticos com militância nos principais jornais e revistas editados no Rio de Janeiro.²⁴ Lattman-Weltman juntamente com Ramos e José Alan Dias Carneiro escreveu um livro sobre o papel da imprensa na ascensão e queda do "fenômeno" Collor.²⁵

Outro trabalho interessante é o de Mariã Helena Capelato²⁶ que tem por objetivo analisar a ideologia e prática política dos representantes da imprensa liberal paulista de oposição entre 1920 e 1945. A autora demonstra como certas concepções, temas e propostas de outras épocas, foram recuperadas e reproduzidas de acordo com as crenças, necessidades e interesses daquele período. Confronta os vários discursos e práticas evidenciando a diversificação dos interesses, contribuindo para a desmistificação da imagem unitária do social que os jornalistas se esforçavam por exibir. Tendo os jornais como fonte e objeto, a autora procura comprovar sua tese de que o liberalismo seria, ao mesmo tempo, democrático e autoritário, apresentando assim as contradições dos discursos e práticas da imprensa liberal.

No *Colóquio História e Imprensa* organizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1997, estava em debate o papel da imprensa em relação à opinião pública e à cultura política. Para Heloisa Dias,²⁷ "as informações veiculadas pela imprensa fornecem elementos que podem alterar as crenças individuais e, portanto, influenciar as escolhas eleitorais". Contudo, a autora reconhece que "o produto oferecido, informação e entretenimento, também é influenciado pelas preferências de audiência". Seguindo este mesmo raciocínio, Carla Siqueira²⁸ mostra que "a imprensa ora se apresenta como expressão da opinião pública, ora como sua formadora e guia. Em ambos os casos, afirma-se como mediadora entre os cidadãos e o governo". Tanto Dias quanto Siqueira reconhecem a relação dialética existente entre a mídia e a opinião pública. Contudo, tais autoras parecem ter opiniões divergentes no que tange ao grau de participação que a imprensa terá numa determinada sociedade. Para Siqueira, "a importância da imprensa... está em ser ela não só expressão de uma época, mas um sujeito histórico fundamental, um agente construtor daquele determinado contexto". Assim, a pesquisadora identifica na imprensa uma função social pedagógica, como formadora de opinião pública. Já segundo Dias, os meios de comunicação não seriam considerados, propriamente, protagonistas da cena política. Concordamos com Siqueira quando esta identifica a imprensa como agente histórico, contudo desconfiamos do termo "função pedagógica", pois, remete à idéia de uma imprensa "esclarecida".²⁹ Conforme estas autoras, o papel da imprensa está para além da mera divulgação dos acontecimentos, a narrativa jornalística também atuaria como construtora do fato. Visão semelhante é partilhada por Mariaiva Barbosa³⁰ que afirma que "os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser ou não notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão, na verdade, procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento". Segundo Heloisa Dias, a dramatização, a simplificação e a personificação dos eventos e instituições políticas, presentes no discurso da mídia, colaboram para a construção do espetáculo político; verdade, rapidez e relevância são as exigências do grande público que permitem aos jornalistas apresentarem os fatos por meio de notícias de fácil absorção, superficiais e espetacularizadas. Sendo assim, a narrativa jornalística seria construída sobre elementos dramáticos, onde o que se expõe são os motivos, os desejos e os propósitos dos atores políticos. Para Carla Siqueira, o valor do discurso jornalístico estaria na possibilidade de expressar os embates de uma determinada época. Esta vê no discurso jornalístico um lugar de memória de uma determinada sociedade.

Através dos trabalhos destes autores fica evidente a relevância do estudo da imprensa para a compreensão de uma determinada conjuntura de uma sociedade. Cruzando as idéias destes autores que trabalham com imprensa com as idéias dos autores que investigam a ditadura militar chegamos a uma questão fundamental, a qual não podemos perder de vista, que as empresas jornalísticas, como empresas, visam o lucro e estão integradas à ordem capitalista. As mudanças ocorridas na imprensa ao longo da ditadura resultaram numa disputa cada vez maior entre os jornais, que concorrem pelo mercado de leitores. Esta é uma questão que deve ser levada em consideração na análise do período.

Como vimos, o estudo da imprensa tem sido amplamente utilizado para a análise de vários momentos da história política brasileira. Daí considerarmos indispensável para a compreensão do período da redemocratização do regime político brasileiro o estudo do papel desempenhado pela imprensa da época.

Diversos autores já trabalharam com o tema da abertura política. Contudo, percebemos a necessidade de análises históricas mais profundas sobre o período da transição política. Uma vez que os trabalhos sobre este tema já destacaram o papel dos fatores econômicos, do Estado, dos movimentos sociais, das elites, faz-se necessário ainda um maior interesse pelo estudo sobre o papel da mídia e da opinião pública.

É bem verdade que existem alguns trabalhos sobre a imprensa no regime militar, mas estes têm focado basicamente a questão da censura, ou seja, da relação do Estado com a imprensa, deixando a relação entre os jornais e os leitores em segundo plano. Podemos citar o livro de Beatriz Kushnir, *Cães de guarda-jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*³¹, que trata da atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa diante da censura, especialmente no Jornal *Folha da Tarde*. Nesta mesma linha, Anne-Marie Smith, em *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*³², especifica os tipos de censuras existentes na grande imprensa e na imprensa alternativa, salientando a questão da autocensura dos jornais.

Outra obra importante, mas que se encontra num pólo oposto, é o de Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*,³³ que faz uma história da imprensa alternativa durante a ditadura, trabalhando com a história da resistência e luta da imprensa alternativa contra o regime militar e a censura. Para este autor, "os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo", mas com tal abertura perderam terreno para a grande imprensa³⁴ que "não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e reencontrando muitos dos seus jornalistas".³⁵ É justamente este o período com o qual trabalhamos, quando a imprensa convencional passa a incorporar temas da imprensa alternativa.

Também encontramos algumas dissertações e teses que utilizam a imprensa para compreender o processo de redemocratização. É o caso de Francisco César Pinto da Fonseca³⁶ que estuda o projeto político liberal da imprensa paulista. Este autor demonstra as posições da revista *Visão* e do jornal *O Estado de S. Paulo* diante dos itens que compunham a agenda da transição democrática. Para ele, a imprensa escrita atinge no Brasil as parcelas formadoras de opinião, funcionando como trincheira ideológica, formando a visão de mundo dos indivíduos e grupos.³⁷ Embora trate exclusivamente da imprensa paulista, contribui para o estudo da imprensa escrita no Brasil, ao identificar a forte presença do pensamento liberal nela expresso. Sonia Wanderley³⁸ que trabalha com o jornalismo da Rede Globo, relacionando o projeto de modernização conservadora e de integração nacional do regime militar com a instalação da emissora. Preocupou-se em discutir o papel da televisão nas estratégias de controle do regime durante as décadas de 70 e 80. Tenta responder a uma questão, qual o grau de ruptura ou de continuidade dos ideais do golpe de 1964 na transição? Segundo a autora, por trás da notícia existiriam determinantes econômicas e políticas que iriam influenciar tanto a emissão quanto a recepção da informação. Apesar de focar a imprensa televisiva, seu trabalho traz uma importante contribuição para o estudo da relação entre imprensa, de modo geral, e regime militar durante a abertura política.

O estudo da grande imprensa durante a abertura não tem focado sua relação com a opinião pública. Talvez pela dificuldade em se encontrar fontes para tal, pois, muitos crêem que só é possível estudar o comportamento da opinião pública através das pesquisas de opinião, de entrevistas ou pelas cartas enviadas pelos leitores à redação dos jornais. Acredito que tanto os processos eleitorais³⁹, quanto à formação dos partidos⁴⁰, por exemplo, são momentos reveladores da opinião pública, onde é possível observar o comportamento da imprensa. Por isso, sustentamos que o estudo da imprensa na transição democrática merece mais atenção por parte dos historiadores, pois, independente de ter colaborado ou lutado contra o regime foi um ator político importante na redemocratização do país, atuando como mediadora nesse processo, ao trazer para o debate público, questões que influenciariam os rumos do processo.

¹ O'DONNELL, Guilherme. "Desenvolvimento político ou mudança política?" In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.) *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

² DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

³ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- ⁴ STEPAN, Alfred. Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- ⁵ FIECHTER, Georges-André. O regime modernizador no Brasil, 1964/1972; estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- ⁶ Ver O'DONNELL, Guilherme. "Desenvolvimento político ou mudança política?" Op. cit
- ⁷ Ver DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Op.cit.
- ⁸ Ver FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Op.cit.
- ⁹ FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ¹⁰ FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001.p.20.
- ¹¹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.73.
- ¹² MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro, Editora Civilização brasileira, 1965. p.15.
- ¹³ CONY, Carlos Heitor. O ato e o fato. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- ¹⁴ DINES, Alberto et al. Os ídolos de março e a queda de abril. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1964.
- ¹⁵ CHAGAS, Carlos. 113 dias de angústia. Rio de Janeiro: Image, 1970, trata dos acontecimentos políticos durante o período da doença do presidente Costa e Silva; CHAGAS, Carlos. Resistir é preciso. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, uma coletânea de artigos escritos entre 1972 e 1974; CHAGAS, Carlos. A guerra das estrelas. Porto Alegre, L&PM, 1985, sobre as sucessões presidenciais durante o regime militar.
- ¹⁶ GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 ; GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ¹⁷ GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. Idem, p.387.
- ¹⁸ SODRÉ, Nelson Wemeck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.p.9.
- ¹⁹ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). Niterói, 1996. 2v. Tese (doutorado). UFF, 1996.
- ²⁰ FALCON, Francisco C. "História das idéias: pluralidade disciplinar e conceitual. Da história das idéias à história intelectual e/ou cultural". In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p.93.
- ²¹ ABREU, Alzira Alves de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Op. cit.
- ²² ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. (orgs.). Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ²³ ABREU, Alzira Alves de (org.). A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ²⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) Crônica política do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ²⁵ LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; e CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ²⁶ CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do liberalismo – imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ²⁷ DIAS, Heloisa. "Estratégias narrativas e imagens da política: a eleição municipal de 1996, na primeira página do jornal O Globo." In Anais do Colóquio História e Imprensa/ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Marco Morel (orgs.). Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p.103
- ²⁸ SIQUEIRA, Carla. "A construção da memória histórica na imprensa carioca do início da República". Idem, p.67.
- ²⁹ No início do século XIX, acreditava-se que a imprensa teria uma missão, esclarecedora e civilizadora. Ver: NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. "Uma nova cultura política: os folhetos no debate da independência" Idem, pp. 9-18, e MOREL, Marco, "Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção" Idem, pp.93- pedagógica 102.
- ³⁰ BARBOSA, Marialva. "Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades." Idem, p.87.
- ³¹ KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ³² SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ³³ KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. 2ªed.rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- ³⁴ Idem p.22.
- ³⁵ Idem p.25.
- ³⁶ FONSECA, César Pinto da. A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- ³⁷ Idem, p.24.
- ³⁸ WANDERLEY, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk. A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania. (décadas 1970/1980). Niterói, 1995. 179p. Dissertação (mestrado) UFF, 1995.
- ³⁹ "...uma eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos." REMOND, René. "As eleições" In REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.p.40.
- ⁴⁰ "...a duração no tempo, que garante ao partido uma existência ...implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública." BERSTEIN, Serge. "Os partidos" In REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 62.